Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

NA ARENA DO PODER:
Disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos na criação de Mato Grosso do Sul (1977)

IN THE ARENA OF POWER:
Political and identity disputes in the media discourse of public agents in the creation of Mato Grosso do Sul (1977)

VERA LUCIA FURLANETTO [1]

RESUMO

A Lei de desmembramento do estado de Mato Grosso foi assinada pelo presidente Ernesto Geisel em 1977. É neste recorte temporal que o presente artigo apresenta alguns conflitos ocorridos entre os políticos que atuavam em duas localidades muito próximas, Dourados e Campo Grande, na região sul de Mato Grosso uno; bem como as relações destes agentes públicos com os jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*. Na pesquisa foram analisados os discursos veiculados por esses noticiosos com o objetivo de compreender a pluralidade existente nos campos, social, político e jornalístico e os confrontos que não permitiram designar "os sulistas" como um grupo coeso e homogêneo. Para melhor entender as disputas pelo poder e as defesas regionalistas realizadas, foram utilizadas como fontes principais todas as matérias publicadas nos dois periódicos naquele ano. O corpus documental possibilitou um estudo crítico das publicações e das representações nelas expressas. Com aportes, teórico e metodológico, da Nova História Cultural e da Nova História Política, foi possível verificar, nas narrativas jornalísticas e nos discursos políticos, a manipulação de elementos ambivalentes que evidenciaram uma complexidade maior do que a dicotomia, "nortistas versus sulistas". E também averiguar que tais agentes públicos, obstinados a ocupar os novos espaços de poder e associados a diferentes projetos políticos, mantiveram estreitas relações com a imprensa (e vice-versa) para manipular aspectos de identificação e diferenciação regionais, utilizando-se de um espaço privilegiado para a defesa de interesses próprios.
Palavras-chave: História Política. Historiografia. Política e Imprensa. Mato Grosso. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The Law for the dismemberment of the state of Mato Grosso was signed by President Ernesto Geisel in 1977. It is in this time frame that this article

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. *E-mail:* furlanettoveralucia@gmail.com.

presents some conflicts that occurred between politicians who worked in two very close locations, Dourados and Campo Grande, in the southern region of Mato Grosso. Mato Grosso one; as well as the relations of these public agents with the newspapers *O Progresso* and *Correio do Estado*. In the research, the discourses conveyed by these news items were analyzed to understand the existing plurality in the social, political and journalistic fields and the clashes that did not allow designating "the southerners" as a cohesive and homogeneous group. In order to better understand the disputes for power and the regionalist defenses carried out, all the articles published in the two periodicals in that year were used as main sources. The documentary corpus allowed a critical study of the publications and the representations expressed in them. With contributions, theoretical and methodological, from the New Cultural History and the New Political History, it was possible to verify, in the journalistic narratives and in the political speeches, the manipulation of ambivalent elements that showed a greater complexity than the dichotomy, "northerners versus southerners". And also verify that such public agents, obstinate to occupy the new spaces of power and associated with different political projects, maintained close relations with the press (and vice versa) to manipulate aspects of regional identification and differentiation, using a space privileged for the defense of their own interests.
Keywords: Political History. Historiography. Politics and Press. Mato Grosso. Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Alguns historiadores se dedicaram a pesquisar a divisão territorial de Mato Grosso[2] e a abordar as disputas políticas partidárias ocorridas à época. Em seus importantes estudos, os pesquisadores puderam dimensionar alguns aspectos das atuações daqueles que se intitularam os "protagonistas da luta" em prol ou contra o desmembramento. Desse modo, foram identificados alguns posicionamentos dos que se diziam representantes dos "sulistas" e "nortistas"[3], do então estado uno, no bojo dos conflitos separatistas.

A esse respeito, Marisa Bittar (2009) destacou a oligarquia agrária da porção sul na pretensão de criar para si um estado, em oposição ao norte. A autora entendeu que os ideais separatistas tiveram início no ano de 1932 e finalizaram em 1977, sob decisão do governo federal. Sua escrita ressaltou o

[2] O desmembramento do estado de Mato Grosso e a consequente criação de Mato Grosso do Sul se deram por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro, assinada pelo presidente da república Ernesto Geisel, em 1977, no contexto do regime militar. Tendo sido implantado de fato, somente em 1979.

[3] Vale dizer que os termos norte e sul, para designar os polos em que se encontravam Campo Grande e Cuiabá, são utilizados por Marisa Bittar (1997, 1999 – I e II) em razão de uma consensualidade entre os historiadores e por serem amplamente propagados pelos meios de comunicação, com fins de facilitar o entendimento.

regionalismo e a configuração geográfica como fatores intrínsecos do divisionismo, em razão das distâncias e das dificuldades de comunicação entre as duas localizações. E por fim, considerou a divisão como um ato autoritário de Ernesto Geisel, sem participação popular e sem a adesão dos partidos políticos[4].

Paulo Roberto Cimó Queiroz (2006) por sua vez, tratou das tensões políticas, das disputas econômicas, identitárias e de comando entre as regiões, particularizando a atuação daqueles agentes ao âmbito cuiabano e campo-grandense. Tais grupos hegemônicos, desde o início do século XX, conflitantes entre si, teriam forjado uma identidade regional utilizando da exaltação e exploração da memória local, para legitimar seu acesso ao poder governamental. Contudo, apontou o arrefecimento e a perda de força daquele movimento com o passar do tempo; desconstruiu a perspectiva de haver uma linha histórica que sugerisse uma continuidade e rompeu com o entendimento da relação entre a formação de um ideário divisionista e a sua realização.

Carlos Magno Mieres Amarilha (2006) abordou a construção cultural da "identidade sul-mato-grossense" pelos intelectuais, no contexto pré e pós-divisão, como um marcador de diferenciação, particularmente, aos "nortistas". Aqueles letrados teriam associado interesses culturais, econômicos e políticos a uma identificação, proposta como homogênea, para todos os habitantes da porção sul. Para tal elite, o mote identitário seria suficientemente justificador da criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Já Nathália da Costa Amedi (2014) após estudar os discursos de políticos, jornalistas, acadêmicos e representantes locais, inferiu pela existência de uma identidade nortista ressentida, resultante da divisão do estado, na qual as divergências entre setores sulistas e a elite dirigente do norte se fizeram evidentes, narrativamente.

Vinícius de Carvalho Araújo (2007) em sua pesquisa, dentre outras questões, preocupou-se com a alternância entre os grupos partidários no comando político do estado, a fim de entender, contiguamente, como os mesmos se movimentaram no contexto da divisão. Em suas considerações fez

[4] Lembrando que em 1977, especificamente, vigorava o bipartidarismo, com atuação da Arena (partido oficial dos militares) e do MDB (a oposição consentida). Para maiores detalhes ler Bauer (2011).

menções a tipificações "sulistas" e "nortistas", que por si diferenciariam as atuações dos agentes públicos. Anteriormente, Jovam Vilela da Silva (1996), um dos primeiros a historiografar academicamente sobre o tema, fez uma distinção explicitamente dicotômica entre norte e sul mato-grossenses, pautado em elementos econômicos, geográficos, administrativos e demográficos. O autor, embasado em estatísticas, afirmou que tais características configuravam a existência de dois estados, havendo uma divisão de fato, anterior à de direito.

Esses historiadores convergiram em seus escritos ao apresentarem a dualidade entre norte e sul, especialmente, entre Cuiabá e Campo Grande. Tal antagonismo foi, semelhantemente, ressaltado por alguns agentes públicos em seus discursos divulgados pela imprensa à época do desmembramento. Esse entendimento levou a crer, em determinados momentos, na homogeneidade de blocos políticos situados em polos opostos, cada um favorável ou contrário ao desmembramento, em uma querela dual envolvendo "sulistas" e "nortistas".

No entanto, reputa-se fluidez às identidades, cuja construção é abrangida pelas representações, dentro de um regionalismo que forja subjetividades e cria fronteiras. Da mesma forma, as regiões são inventadas, muitas vezes, por discursos políticos que tendem a manipular os sentidos e os sentimentos das pessoas em relação a determinado espaço elencado como natural. Consequentemente, tal retórica hegemônica quando veiculada por um instrumento privilegiado, como a imprensa, ganha força para moldar aspectos sociais. Por outro lado, se escamoteia o fato dos meios de comunicação serem difusores ideológicos a serviço dos interesses do grupo ao qual pertencem e trabalharem uma agenda de discussões por eles determinada.

Logo, foi necessário estudar as complexas relações entre a mídia e os personagens políticos, no contexto da divisão. Neste artigo, por conseguinte, buscou-se traçar um entendimento sobre as forças políticas e suas negociações, jogos de poder e de interesses, provocados por agentes dispostos a manter ou conquistar o poder; alcançar ou sustentar seu status econômico, social e simbólico; garantir privilégios, exercer o controle social e angariar adesão popular (FURLANETTO, 2018). Isso, por postular-se a imprensa como um excelente instrumento ao exercício do poder, a depender do uso que é feito dela, especialmente, por essa problemática não ser

exclusividade das localidades ora estudadas e manifestar-se em outros tempos e lugares obedecendo às singularidades contextuais.

Destarte, foi possível observar pormenores acerca da modulação do termo "sulista", em razão de sua limitação representativa, uma vez que a sua dimensão não se restringe a uma categoria homogênea de tipificação própria. Para tanto, foram pesquisados dois jornais localizados ao sul do estado de Mato Grosso, *O Progresso* em Dourados e *Correio do Estado* em Campo Grande. Metodologicamente optou-se por uma leitura integral de todas as edições do ano de 1977, de ambos os noticiosos, selecionando-se todas as informações relacionadas, de maneira direta ou indireta, com o desmembramento e a criação do novo estado. Ressalta-se a não realização de qualquer hierarquia entre os textos, por interessar especificamente o teor da narrativa. Após a identificação, seleção e catalogação das matérias de cada um dos periódicos, houve a contraposição entre elas. O objetivo, para este artigo, foi averiguar qual enfoque os respectivos editores deram aos embates entre os "sulistas", a partir da notícia da autorização do presidente da república para o Ministério da Justiça elaborar o Projeto de Lei que criaria Mato Grosso do Sul.

Notou-se a efervescência dos conflitos narrativos nas páginas jornalísticas. Alguns políticos ocuparam com maior destaque o espaço nas mídias e o usaram, de maneira privilegiada, para legitimarem-se como voz autorizada aos demais leitores, principalmente ao agregarem valores comumente partilhados em suas explanações. Com nítidas intenções de colocar em cena motivos aceitáveis coletivamente, justificadores de suas reivindicações, a retórica foi comungada por agentes dos campos jornalístico e econômico. Esses sujeitos utilizaram em seus discursos elementos ambivalentes, de identificação e diferenciação regional, os manipulando conforme seus interesses.

Nesse sentido, foram nas epistemologias e paradigmas da Nova História Cultural e da Nova História Política, em interdisciplinaridade com os estudos de linguagem, a sociologia e a comunicação, que se encontraram os aportes para adentrar nessa discussão. Em especial, foi possível respaldar-se nas considerações mais abrangentes de Chartier quanto às questões culturais e às representações (1988, 1991, 2002); de Burke acerca das novas possibilidades

teóricas e metodológicas (1992, 2008); de De Certeau (2002) sobre o dimensionamento da operação historiográfica. Mais especificamente, Albuquerque Júnior (2008) e suas perspectivas de "região", "regional" e "regionalismo"; De Luca (2005) e sua análise da imprensa; Charaudeau (2012) e suas percepções acerca do discurso, da mídia e dos políticos; Cardoso (2012) e as sugestões de novas possibilidades de observação sobre a esfera política; Hall (1992) e seus estudos da identidade; Bourdieu (2011) e as conceituações de campo social e poder simbólico; e Herbolato (1982) e Kunczik (1997) quanto às teorias da comunicação foram basilares para este trabalho.

A partir disso, foi possível entender como membros das elites dos campos, econômico, político e jornalístico, se relacionavam entre si, na região sul do estado uno, quando buscavam por novos espaços de poder. E assim, verificou-se que não se tratava de um grupo coeso, de interesses comuns, com visão de mundo partilhada, cientes do potencial "regionalista", "sulistas", "divisionistas". Ao contrário, como serão apresentadas a seguir, muitas divergências e heterogeneidade foram relatadas nas páginas jornalísticas. Foi possível também identificar estratégias de produção de poder simbólico, bem como as representações pretensas a construir um imaginário político-social positivo sobre a criação do novo estado. E ainda, observou-se a precariedade de uma possível identidade "sul-mato-grossense". Ressalta-se, quando mencionados os políticos douradenses e campo-grandenses neste escrito, não se faz de forma generalizada ou totalizante, mas sim, referindo-se àqueles citados nos textos jornalísticos, pois, a convergência ou divergência entre eles não se dava pelo local de atuação, simplesmente.

1. EVOCAÇÕES IDENTITÁRIAS SOB AS ÉGIDES POLÍTICA E ECONÔMICA

Em maio de 1977, com a nota oficial que informava o interesse do governo federal em dividir Mato Grosso, os jornais *Correio do Esta*do e *O Progresso* estamparam discussões acirradas, entre alguns políticos de Campo Grande e Dourados, envolvendo os editores, redatores e dirigentes dos jornais.

Isso porque o nome divulgado para o novo estado, tido como uma escolha de Geisel, foi "Estado de Campo Grande".

Frente ao poder simbólico dessa denominação no jogo político, que favoreceria aos discursos dos agentes que militavam pela supervalorização dos atributos do município com mesmo nome, mensurava-se naquele momento a força sígnica de tal "troféu". Não se levou em consideração o tempo e as condições necessárias para a vigência da Lei, dependente ainda de elaboração e posterior aprovação do Congresso Nacional. Também se ignorou o conteúdo dos estudos utilizados pelo ministério do interior, por serem sigilosos.

A simples nominação foi entendida e usada como um signo, imbuído de significação e existência. Aquela fala teria materializado um novo espaço, delimitado politicamente e culturalmente, que poderia ser ocupado e moldado por uns poucos agentes, já qualificados naquela titulação, ou seja, os campo-grandenses.

Desse modo, a capa do periódico douradense, no dia 4 de maio trouxe a notícia do encontro do governador Garcia Neto com Ernesto Geisel, no qual o presidente expôs sua decisão. Mas não se reteve aos fatos, o redator em comentário adicional, após descrever a extensão territorial dos dois estados, Mato Grosso desmembrado e aquele a ser criado, afirmou: "O Estado de Campo Grande será mais rico, porque assenta sua economia na produção agrícola na Grande Dourados" (O PROGRESSO, 04 mai. 1977, p.1).

Essa afirmação foi um posicionamento contundente em resposta direta a qualquer campo-grandense que ousasse usar o nome anunciado por Geisel ao seu favor. Pois, colocando Dourados no centro econômico da região sul e maximizando os atributos do município, teria explicitado seu poder. Portanto, valorizou e reforçou as qualidades agrícolas da Grande Dourados (região que inclui os demais municípios circunvizinhos) como sendo o suporte financeiro do novo estado. Além disso, a edição trouxe em letras maiores que as demais, na sétima página a mensagem: "Queremos a Divisão Mato Grosso Sul" (O PROGRESSO, 04 mai. 1977, p.7), como indicativo do quanto a denominação escolhida pelo presidente não havia sido bem aceita no periódico.

Aquela mensagem, ademais, denunciava todos os defensores do divisionismo, especialmente algumas autoridades campo-grandenses que

elegiam o potencial econômico do "sul" e sua arrecadação de impostos, superior a do norte, como causa suficiente para o desmembramento dessa região. Uma vez que para eles, os recursos angariados ali eram cooptados pela capital Cuiabá e não revertidos devidamente em benefícios para a origem. Ao qualificar uma opressão cuiabana, intencionavam justificar a articulação dos ideais separatistas.

Nessa narrativa, Campo Grande era divulgado como o sustentáculo estadual, devendo ali ser estabelecida uma estrutura administrativa que permitisse aos seus representantes direcionarem tais recursos conforme os seus interesses (QUEIROZ, 2006). Tal retórica difundida principalmente no início do século XX era retomada em qualquer momento de crise, porém naquela data foi afrontada no periódico douradense.

Já no *Correio do Estado,* a preocupação dos editores, naquela ocasião, foi explorar amplamente a questão. Para tanto, foi dedicada uma edição especial à divisão contendo aproximadamente *quarenta* páginas e se manteve a edição diária convencional. Objetivava-se "comemorar" a decisão de Geisel em transformar Campo Grande na futura capital e atribuir o nome do município a nova unidade federativa, oferecendo um tom histórico e memorável ao fato, independentemente da transitoriedade e das indefinições que cerceavam o tema (CORREIO DO ESTADO, 04 mai. 1977, Edição da Divisão).

O pronunciamento oficial do General foi comemorado e celebrado nas reportagens do *Correio do Estado*, e ganhou destaque na capa daquela edição onde foram elencados igualmente os festejos realizados por políticos, como se a divisão fosse um dado certo e iminente. Foi informado ainda, que A *Rádio Cultura* do mesmo proprietário do jornal, fora utilizada para divulgar as notícias sobre a divisão e mobilizar a população; na sequência se enfatizava uma "comoção pública", regada a champanhe e acompanhada de muito barulho, com fogos e buzinaço.

Mostrava-se ali a relação entre os agentes públicos apoiadores do divisionismo e o empresário midiático disposto a colocar seu conglomerado à disposição da causa, auxiliando a montar uma cena memorável, sob um verniz popular. Por certo, não foram poupados exageros ao se escrever sobre a participação em massa da sociedade na comemoração, como se a divisão

fosse um anseio desta. Porém, na sequência da reportagem, havia uma contrariedade: “a grande festa se concentrava em alguns pontos isolados”.

Na edição especial puderam ser observadas algumas publicações específicas, em tom de provocações, significativas de conflitos. Primeiro, direcionadas aos cuiabanos: “No norte, as lamentações”; depois aos douradenses, com referência direta ao prefeito de lá: “O laconismo de José Elias”; e por fim ao enaltecer o chefe da municipalidade campo-grandense, desvalidava qualquer ação dos demais: “Marcelo Miranda diz pouco e conclama a união e História dos movimentos divisionistas”. Persistia-se retoricamente no divisionismo como um movimento estruturado, por entes que historicamente lutavam em sua defesa, versão posteriormente superada pelos estudos de Queiroz (2006).

Na matéria já citada de *O Progresso* e na edição diária do mesmo dia do *Correio do Estado,* na página dois, intitulada: “E Geisel diz a Garcia que Mato Grosso será dividido”; alguns detalhes interessantes acerca da relação com os governantes do país, quanto à gramática, foram verificados. Enquanto o primeiro usou expressões que evidenciaram o autoritarismo militar naquele episódio, como por exemplo, a palavra “determinou” para se referir ao mando do general. O segundo, ao tratar do mesmo assunto, utilizou “comunicou”, e finalizou com a frase “concluiu pela conveniência da medida”, de modo a amenizar a conduta ditatorial do presidente.

Essa narrativa era produto das conduções jornalísticas seguidas nos dois periódicos durante o regime de exceção. No expediente de *O Progresso*, em 1977, constava um tenente-coronel no quadro editorial, expressão da relação entre mídia e militares. Com efeito, os termos semânticos mais diretos às ações ditatoriais correspondiam à determinação de poder e não a qualquer teor crítico ao regime.

Já no *Correio do Estado*, desde 1964, se seguiu a tendência da imprensa na época do Golpe de ser favorável à instalação do regime autoritário e manter boas relações com os militares. Em 1977, o editor selecionou, ordenou, estruturou e narrou, efusivamente, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público, ou seja, somente versões positivas acerca da divisão e dos ditadores.

Outra questão importante, apresentada em reportagem da página três, intitulada: "A grande festa de Campo Grande pela criação do Estado de Campo Grande", foi o pronunciamento do ministro do interior Rangel Reis. Responsável pelo direcionamento dos estudos acerca da divisão de Mato Grosso, o ministro sugeriu Dourados ou Maracaju para sediar a capital do novo estado. Contudo, Rangel justificou os pretextos que levariam à escolha de Campo Grande em consequência "da infraestrutura já existente", que a possibilitaria "condições de melhor abrigar o novo governo estadual". Percebe-se a tentativa de desviar o foco do leitor pelo título da matéria, que direcionava para os aspectos festivos e em nada mencionava qualquer incerteza ou impasse quanto aos diversos assuntos abarcados pelo projeto de desmembramento. Contudo, aquela declaração não seria desprezada pelos editores do *O Progresso.*

Dessa maneira, considerando-se a lei em elaboração e as incógnitas acerca da divisão, caberia aos redatores de ambos os jornais, coadunados com os discursos políticos, darem notoriedade aos municípios em disputa, haja vista as pretensões em posicioná-los como possíveis capitais. Naquele momento a intenção era colocar no centro dos debates os aspectos metropolitanos relacionados à modernidade e ao desenvolvimento. E silenciar, se possível apagar nas matérias que continham conflitos diretos, qualquer indício de características entendidas como periféricas, contudo seria necessário atribuí-las ao outro como uma maneira de diminuí-lo[5], independentemente se as respectivas fragilidades estruturais e sociais daquelas localidades ficassem evidentes em outras publicações.

Mas a forte representação simbólica que promoveria somente Campo Grande fez com que nos dias seguintes, no *O Progresso* se tratasse combativamente a questão. Logo, entre os dias 5 e 27 de maio de 1977, expuseram-se o descontentamento e os pedidos de políticos douradenses, via telegrama ao presidente da república, para reconsiderar o nome dado ao novo estado.

Na manchete *"*Vereadores se manifestam a favor da divisão, mas não

[5] A lógica das sociedades hierarquizadas, baseada na economia capitalista que estabelecia a relação dual centro-periferia, e toda a semântica resultante dela, foi compartilhada pelo pensamento político moderno no Brasil desde os primeiros anos do século XX (PEREIRA, 2015).

aceitam o nome do novo estado", do dia cinco, foi dada a voz a quatro Vereadores: "Sultan Protesta Contra Denominação de Estado de Campo Grande", "Djalma Barros sugere o Plebiscito", "Celso Amaral quer apoio das Lideranças" e "Juarez exige: Estado De Mato Grosso Do Sul". Como mencionado no último título, essa era a designação que aqueles douradenses aspiravam para o novo estado. Tal publicação tinha por escopo desestabilizar Campo Grande em sua pretensão de ícone, com força representacional, e invocar ao sul uma relação direta com os costumes, tradições e sentimentos do norte. Sobretudo, se propunha esvaziar a retórica utilizada por alguns agentes campo-grandenses que elegiam a superioridade sulina autoatribuída.

E assim, no *O Progresso* se admitia que a divisão acontecesse, principalmente, por se considerar a possibilidade dos benefícios adquiridos com a eleição de Dourados para capital. No entanto, se reforçava a cada nota a não aceitação ao nome de "Campo Grande" à nova entidade federativa. E utilizando a voz dos vereadores afirmava-se que a denominação "Mato Grosso do Sul" era um slogan já convencionado na região, que sustentava em si a identidade mato-grossense, mantendo o pertencimento dos habitantes do sul a Mato Grosso.

Ao final da coluna, os dizeres apareceram com letras em negrito e maiores que as demais do texto, enfatizando a posição do jornal: "Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte é o que o povo quer! Jamais Estado de Campo Grande". Nessa publicação, em nome da população, se buscou homogeneizar o conflito como sendo de entendimento geral e de consenso mútuo da sociedade douradense. Entretanto, houve somente a fala dos políticos e dos editores expressa naquelas páginas.

Em outras manchetes foram utilizados, naquele período, argumentos semelhantes aos que alguns campo-grandenses usavam quando defendiam a separação de Mato Grosso. Tal qual a usurpação de recursos produzidos localmente e a campanha de depreciação, menosprezo e marginalização, que em Campo Grande era direcionada à Cuiabá. A partir daquele momento, pela escrita do jornal, eram os campo-grandenses que se apossavam da produção de Dourados e se beneficiavam com ela, ao ponto de enaltecerem-se

grandiosos e virarem as costas para os efetivos geradores da "riqueza regional".

Cada liderança política, que tinha a voz impressa no noticioso, expressava ali sua indignação ao pronunciar-se como "representante de toda a região sul" e ressaltar a "tristeza dos douradenses" ao serem nomeados como campo-grandenses. Apelava-se para sentimentos de mágoa, de descontentamento, de subjugação, de revolta, para o potencial econômico e heranças culturais, porquanto justificavam que independentemente da divisão não deixariam de ser mato-grossenses. Essa narrativa dramática intencionava fortalecer o discurso e não significava necessariamente que tais sentimentos estivessem em voga, que os próprios políticos ou qualquer popular, de fato, se sentisse assim.

Por outro lado, ficaram nítidos os conflitos econômicos e políticos existentes na região sul do estado. Além disso, afirmava-se que Dourados era reconhecido como o "celeiro do Brasil", em razão de seu desenvolvimento agropecuário, e por Campo Grande não possuir a mesma potencialidade em virtude de sua retração rural. Destarte, naquela imprensa foram exploradas amplamente as disputas entre os agentes de Dourados e de Campo Grande e foi questionado qual dos dois municípios sediaria a nova capital. Houve, ainda, por parte dos redatores a preocupação com o ideário identitário a ser evocado e propagado no *O Progresso* e a discussão acerca do potencial simbólico que o nome do novo estado representaria.

Por sua vez, no *Correio do Estado*, em seis de maio, se publicou "O Estado de Campo Grande; em 10 anos, a redenção", elogiando o desenvolvimento econômico da região sul do Mato Grosso. Na matéria se ressaltava as riquezas agropecuárias, minerais e comerciais e previa que, em uma década, o novo estado cumpriria um importante papel no cenário nacional como, "uma das grandes unidades da Federação e participando, decisivamente, na solução dos problemas nacionais" (CORREIO DO ESTADO, 06 mai. 1977, p.3). A publicação reforçava assim a campanha pró-divisionista difundida no jornal, ao elencar as potencialidades da região sul e as melhoras que o "estado de Campo Grande" alcançaria. Esse discurso estava coadunado com aqueles veiculados pelos militares, que valorizavam o ideal de "estado

modelo", calcados no desenvolvimento econômico, na ordem e no progresso (ALVES, 1984).

Já em nove de maio, se criticaria as atitudes dos douradenses no conflito gerado em torno da nomenclatura dada à nova entidade federativa, isentando os editores do *Correio do Estado* da responsabilidade da escolha, já que esta teria sido uma opção conferida unicamente a Geisel. Ademais, foi atribuída ao colunista do *O Progresso* a culpa por insuflar a confusão relatando que a luta dos divisionistas, da qual "o *Correio"* fazia parte, sempre visara à denominação "Mato Grosso do Sul".

Naquele contexto, para além da evocação de uma identidade "sulista", "nortista" ou "campo-grandense"[6], as disputas políticas representadas pelos jornais demonstravam que o escopo era não ficar à margem do debate, dos olhos de Geisel, nem do novo espaço de poder. Desse modo, se moldavam as identidades conforme a intensidade dos conflitos naquelas mídias, nas quais se assumiu a função de comunicar os posicionamentos e a convicção de seus diretores e dos políticos aliados a eles. Ou seja, as veiculações carregaram convergências direcionadas, ambivalentes, superficiais e tendenciosas à produção de sentidos a qual se propuseram naquele momento, e que não se configurava ainda como um projeto de elaboração e definição identitária regional tipificadora de todos os habitantes do sul, como ocorreu após 1979 (AMARILHA, 2006).

2. FRENTE ÀS INCERTEZAS, A NECESSIDADE DE DIRECIONAR OS INTERESSES

Nos meses posteriores a maio, em virtude de alguns pronunciamentos realizados pela cúpula do governo federal, relacionados ao desmembramento, os ânimos foram arrefecidos. A provisoriedade e o sigilo com que o assunto acerca do divisionismo fora tratado pelos militares, evidenciando as lacunas existentes, inclusive quanto à escolha da futura capital, também dificultava qualquer investida mais incisiva por parte "da imprensa" e dos políticos.

[6] Percebeu-se que a dicotomia norte/sul configurou-se desestabilizada ao adentrar em questão outros marcadores de identificação e diferenciação.

Naquela conjuntura, qualquer ponderação advinda das esferas hierarquicamente superiores era digna de registros e exaltações, por aqueles que não tinham acesso aos dados oficiais. Desse modo, foi dada relevância à declaração do governador Garcia Neto, publicada no *O Progresso* em 20 de junho, de que, mesmo com a divisão do estado, os municípios continuariam recebendo toda assistência durante a sua gestão, até o ano de 1979.

As considerações de Bento Porto, secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, coadunadas com as do governador, também figuraram naquelas páginas jornalísticas e acalmaram os ânimos dos políticos douradenses. Pois, tais promessas dissipavam a preocupação manifestada daqueles agentes, de ficarem à margem das decisões relevantes, caso o estado fosse dividido e Campo Grande elencada, definitivamente, como a futura capital. Em virtude dos interesses antagônicos e dos conflitos existentes entre os representantes daquelas duas localidades, contar com o apoio do governo estadual seria crucial, já que Garcia Neto exerceria seu mandato por mais dois anos (O PROGRESSO, 20 jun. 1977, capa - p.3).

E mais, na mesma ocasião Bento Porto defendeu a implantação da Faculdade de Agronomia em Dourados. A disputa por qual município sediaria a faculdade era outra questão que permeava as contendas envolvendo Dourados e Campo Grande. Mas antes de entrar em mais um aspecto das divergências que regiam os interesses hegemônicos, será preciso explorar os motivos amenizadores dos ataques ocorridos entre os "dois jornais", gerados pela inabilidade comunicacional dos militares quando noticiaram a opção de dividir o estado.

Nesse sentido as ponderações do governador substanciadas em informações presidenciais, igualmente acalmaram os ânimos porque possuíam oficialidade. Em três de julho no *Correio do Estado,* foi reportado que Garcia Neto engrandeceu o governo federal e apoiou os atos de Ernesto Geisel, posicionou-se como um colaborador irrestrito do presidente e condenou os que se opuseram às decisões do General. Pois, para o governador, Geisel estaria "com as vistas voltadas para este novo Estado", porém, passando por um "momento difícil" em razão daqueles "muitos" que estariam "tentando prejudicar

o governo revolucionário", e por isso precisava contar com o apoio absoluto e geral de seus correligionários (CORREIO DO ESTADO, 02/03 jul. 1977, p.3).

Ao julgar pela lógica do regime de exceção que alijava os políticos civis das discussões presidenciais, apenas impondo-lhes decisões já tomadas pela cúpula do governo federal, foi observado certo recuo quanto às solicitações diretas à Geisel; e as ofensivas se voltaram ainda mais para aspectos regionalistas e internos às duas localidades. Uma vez que nenhum daqueles políticos, representados nos periódicos, queriam ser vistos, por quem quer que fosse, como contrários ao presidente da república; precipuamente quanto à escolha de um nome, sendo que nem o local que sediaria a capital estava totalmente definido. Então, era o momento de voltar-se a interesses que visavam à obtenção de benefícios maiores e mais imediatos. Por isso, evidenciou-se a fala de Cássio Leite de Barros, vice-governador, na mesma publicação, quando reforçou os dizeres de Garcia Neto e ressaltou os investimentos financeiros federais que estavam chegando para a administração estadual.

Outro posicionamento apaziguador das tensões foi o do ex-presidente da República Jânio Quadros, trazido no *O Progresso,* no dia 15 de julho, na capa, sob o título: "Estado de Campo Grande não agradou a ninguém". Após essa matéria, no jornal *Correio do Estado* foi noticiada pela primeira vez a divisão do estado de Mato Grosso atribuindo, em letras maiúsculas, a denominação "Mato Grosso do Sul" ao estado a ser criado. Tal reportagem, do dia 26 de julho, versou sobre o encontro de Garcia Neto com Ernesto Geisel para tratar de assuntos relacionados ao divisionismo, em "audiência especial".

Em afronta ao governador, o periodista sugeriu a possibilidade de Garcia "governar apenas a Região Norte a partir do 1º de janeiro de 1978"; e para expressar, peremptoriamente, a insatisfação com a condução do tema por Garcia, finalizou, "ele vai falar com o presidente Geisel, para ser avisado oficialmente da providência do governo federal e para tomar as primeiras medidas para ajudar de fato a divisão". Para a rede de sujeitos envolvidos nas publicações do *Correio*, o então governador não estava trabalhando como deveria para contribuir incisivamente com o desmembramento do estado (CORREIO DO ESTADO, 26 jul. 1977, p.9).

No mesmo dia, no jornal douradense foi emitida uma nota alicerçada em informações advindas de Brasília. Mais uma vez, evocou-se a identidade mato-grossense para respaldar as reivindicações políticas, elogiando a decisão governamental em acolhê-las. A manchete recebeu o título "Mato Grosso do Sul será instalado em janeiro" e tinha como ponto alto o enaltecimento ao "bom senso" das autoridades, por terem elas entendido que as solicitações eram apenas "o desejo da maioria dos habitantes" douradenses, em manifestarem "a vontade de serem sempre mato-grossenses" (O PROGRESSO, 26 jul. 1977, capa). Com isso, se buscava ampliar o capital simbólico do *O Progresso* junto aos políticos de todas as esferas, considerados aliados, e aos seus leitores.

Observaram-se, por essas duas últimas publicações, as diferenças entre as abordagens utilizadas no *Correio do Estado* e no *O Progresso* quando o assunto da divisão envolvia a figura de Garcia Neto, e principalmente, quando em ambos eram divulgados os mesmos dados. No primeiro se fez questão de apontar aspectos negativos do governador, como por exemplo, dizer que Garcia governaria "apenas a região norte a partir do 1º de janeiro de 1978" e "perderia o Sul de Mato Grosso". Já no segundo, se estabeleceu um tom incentivador ao governador quando o elencou como aquele que continuaria a governar Cuiabá até o final de seu mandato, em 1979. Esses textos, dentre outros, demonstraram que no jornal campo-grandense se mantinha uma postura opositora e de críticas à Garcia Neto, enquanto no periódico douradense se mostravam defesas a ele.

Apesar de nos dois jornais se destacar o nome do futuro estado, "Mato Grosso do Sul", a questão não estava definida como exposto no *O Progresso,* em 28 de julho, com a reportagem "Geisel recebe hoje documento sobre divisão de Mato Grosso". Mesmo intitulando a nova unidade federativa, o projeto de lei era apenas um conjunto de sugestões pendentes da análise de Geisel e dos ministros. Ao final do texto houve a revelação de Rangel Reis, que considerava "importante ouvir a população da região atingida sobre os aspectos da divisão do Estado", e que entre as propostas para o nome, em aberto e a critério de competência presidencial, constavam "Mato Grosso do Sul, Maracaju, Dourados ou Estado da Bodoquena". Essa declaração tinha sua importância no fato de ser ele, o Ministro do Interior que juntamente ao Ministro

da Justiça e Planejamento, Armando Falcão, daria "redação final ao documento" (O PROGRESSO, 28 jul. 1977, capa).

Tal pronunciamento pôs fim aos debates relacionados em torno da denominação estadual e contribuiu para arrefecer os ânimos. A possibilidade de "Dourados" figurar entre os nomes sugeridos para a futura capital, mencionados por Rangel Reis, fez com que os políticos locais concebessem como um indicativo de que aquele município poderia ser elencado como capital, colocando-os no centro do poder estadual. Entretanto, essa notícia não foi publicada no *Correio do Estado*, reforçando a compreensão de que a disputa entre alguns membros das elites campo-grandenses e douradenses, acerca dos interesses de transformarem seus municípios em possível capital, era autêntica. E que no jornal de Campo Grande, por se compreender como uma ameaça aos propósitos do grupo, não se relatou esse fato. Quanto à sugestão da população ser ouvida, em nenhum dos periódicos se deu atenção, uma vez que tal afirmação não tinha nenhuma aplicação concreta. A possibilidade de um plebiscito, em questões de redivisão territorial no país, foi retirada do texto constitucional em 1967; o artigo terceiro dava suficiência à lei complementar para a criação de novos Estados e Territórios. Ademais, não havia nos jornais o hábito de se registrar as opiniões de populares.

3. O USO DA IMPRENSA PARA EVIDENCIAR ALIADOS E GANHAR FORÇAS

As defesas presentes no jornal *O Progresso* para as ações de Garcia Neto puderam ser verificadas analisando-se os dados veiculados entre abril e julho de 1977. Notou-se uma aproximação entre a gestão local e a estadual, e em nenhum momento percebeu-se aspectos depreciativos imputados ao governador. Ao contrário, constatou-se no periódico a retribuição ao apoio e a apreciação de Garcia a Dourados. Na reportagem de capa, do dia 26 de abril, no jornal se descreveu a viagem do prefeito douradense à capital para tratar de assuntos administrativos, onde faria reivindicações ao governo do estado. Dessa feita, os redatores ressaltaram o livre acesso de José Elias Moreira ao secretariado e ao gabinete governamental em Cuiabá.

No mesmo dia, em *Notícias da Câmara,* na página 5*,* o vereador Joel Pizzini apontou duas ações significativas de Garcia Neto. A primeira, a predileção do governador para Dourados sediar a Faculdade de Agronomia, que em 1977, estava sendo disputada com Campo Grande. A segunda, seu amparo para Dourados ser capital do futuro estado. O vereador sinalizava que Garcia, "em agosto de 1975, transformara Dourados em capital do Estado por três dias". Essa preferência de Garcia por Dourados, em detrimento a Campo Grande, estimulou nos políticos douradenses a esperança de estarem no centro do poder com a criação do novo estado, como acontecera naqueles três dias de 1975.

Como não existiam comunicações oficiais por parte da presidência da república sobre os parâmetros norteadores da divisão do estado e nem informações precisas por parte do governo estadual, sobravam expectativas. Seguindo essa perspectiva no *O Progresso,* no dia 03 de maio, divulgou-se uma publicação da *Folha de São Paulo,* que justificava a aspiração do grupo, e de alguns políticos, por Dourados ser capital. A manchete, "Cuiabá crê que Dourados seja a Capital do Sul", reforçava a defesa feita no jornal a Garcia Neto, como o representante cuiabano que advogaria por tal propósito. Porquanto, se acreditava que a proximidade do governador com Geisel seria suficiente para exercer alguma influência acerca do divisionismo. Respaldava-se na rivalidade, fomentada por alguns políticos e mediada pela imprensa, entre Cuiabá e Campo Grande, e na potencialidade agrícola de Dourados para idealizá-lo como uma capital, com capacidade de "centralizar o sul" de Mato Grosso (O PROGRESSO, 03 mai. 1977, capa).

Diante da importância da questão e do jogo de forças necessário para lutar por seus interesses e de seus aliados, no *Correio do Estado,* os redatores imprimiram maior agressividade às abordagens, sobretudo, sem negligenciar a notícia do *O Progresso*. No dia seguinte houve a emissão de uma nota com os dizeres "Campo Grande terá governador próprio já em 78, diz Rangel". Afiançando-se na figura do ministro do interior, reforçou-se a campanha de que Campo Grande deveria sediar a capital do futuro estado, e não Dourados (CORREIO DO ESTADO, 04 mai. 1977, p.2).

A reportagem foi rebatida, em 07 de maio, no jornal douradense, na coluna “In Vino Veritas”, da capa, sob a versão de charge. Enquanto no *Correio do Estado* se falava em governador para “Campo Grande” em 1978, embasado em Rangel Reis, no *O Progresso* se sugeria Garcia Neto para governar o sul, reforçava-se o apoio a ele e opunha-se a alguns políticos, bem como ao jornal campo-grandense.

Na edição de 20 de maio, do *O Progresso*, se destacou a nova viagem realizada pelo prefeito José Elias a Cuiabá. Foi detalhada também, a relação amistosa do administrador municipal com o governador e com militares no âmbito estadual, como uma forma de asseverar que Dourados estava sendo bem visto pelos olhos daqueles que poderiam ter acesso ao presidente Geisel e, de alguma maneira, sugestioná-lo sobre o divisionismo.

No dia seguinte, o prefeito concedeu entrevista coletiva informando sobre os assuntos tratados em Cuiabá acerca da implantação da Faculdade de Agronomia. E no periódico douradense figurou a manchete: “Governo Sensibilizado” enunciando mais uma vez o apoio de Garcia Neto às causas douradenses, bem como, a relação amigável e receptiva do governador ao prefeito José Elias e, o bom trânsito deste junto aos administradores estaduais.

Em 28 de maio, no periódico se recordou o governo temporário de Garcia em Dourados. A rememoração do fato e o engrandecimento da pessoa e do prestígio do governador tinham por fim, promover no imaginário social a construção de um sentido positivo da sua gestão para legitimar Dourados como futura capital, pois algo semelhante já havia ocorrido em 1975. Desse modo, para conferir autoridade à proposta, no espaço intitulado “Olho Grande”, atribuiu-se, aos reclamos políticos pela instalação da Faculdade de Agronomia em Dourados e pela mudança do nome da futura capital, uma demanda popular. Foi relatado: “o povo está empolgado e defendendo com unhas e dentes estas duas importantes reivindicações”. Evocava-se ainda, importantes signos como: acomodação, injustiça, direitos, luta, união e força, conclamando a população a mobilizar-se em prol da defesa de seus direitos (O PROGRESSO, 28/29 mai. 1977, capa – p.12).

Recomeçava naquela ocasião mais uma série de embates, ataques e enfrentamentos veiculados nos dois jornais. Utilizando-se de uma retórica

dicotômica se posicionava os dois municípios em disputa pelo que seria central ou periférico neles. Ali, se envolvia temas relacionados à educação superior e a outras variantes, econômicas e sociais, que pudessem justificar as narrativas.

A rivalidade entre as elites de Campo Grande e Dourados, envolvidas na disputa pela Faculdade de Agronomia, mostrava outras vertentes que abrangiam a luta por poder político e por representatividade, no momento em que se versava sobre a divisão de Mato Grosso. Isso justificava a defesa de Garcia Neto no *O Progresso*, uma vez que o governador não encontrava o apoio da maioria dos políticos campo-grandenses e Dourados era atacado no jornal *Correio do Estado*.

A denúncia foi registrada em editorial do noticioso douradense, em primeiro de junho, no qual se exigia respeito, pois segundo o texto iniciava-se "em Campo Grande, através da imprensa escrita, ou mais precisamente, através de 'O Correio do Estado', uma campanha contra a instalação da Faculdade de Agronomia de Dourados". Nessa reportagem, o deputado estadual Edison Pires caracterizou como má fé a ação despendida no *Correio do Estado* que marginalizava Dourados. Pires destacava as relações amistosas do governo federal com o município de grande potencialidade agrícola, vistas por políticos campo-grandenses como ameaçadoras aos seus interesses (O PROGRESSO, 01 jun. 1977, p.10).

Na sequência da reportagem ficou explícito o conflito entre grupos de poder de Dourados e de Campo Grande, que na fala do deputado foi adjetivado como "batalha". Edison Pires relembrou a rixa promovida em Campo Grande à Cuiabá, difundida no jornal *Correio do Estado*, que com a divisão de Mato Grosso poderia cessar, e alertou que Dourados seria alçado a novo alvo no jornal campo-grandense. O deputado convocou os representantes dos demais municípios da Grande Dourados para unirem-se, evidenciou que as contendas, entre Dourados e Campo Grande, davam-se em âmbito político e que a luta seria direcionada para um embate eleitoral. Pires enfatizou que a estratégia seria promover a sensibilização da população a favor dos políticos douradenses, em face da marginalização provocada pelo periódico campo-grandense. Ressaltou ainda, que "o *Correio do Estado"* estava agindo

desrespeitosamente, desconsiderando o potencial político e econômico de Dourados, o que não era benéfico para os interesses do novo estado.

Dezessete dias após a publicação das opiniões do deputado Edison Pires, no *O Progresso* se noticiou, em 18 de junho, a apreciação favorável de Garcia Neto para a sede da Faculdade de Agronomia ser em Dourados e sua posição de "advogado" daquele município, na luta fomentada pelos jornais. Associando, mais uma vez, a questão histórica e usando o amparo de Garcia Neto, no jornal douradense se rememorou, novamente, o ano de 1975, quando temporariamente a sede do governo estadual foi instalada naquela localidade. Reforçou-se que com a divisão de Mato Grosso haveria uma possibilidade de intervenção do governo estadual junto ao presidente Ernesto Geisel a favor de Dourados, caso houvesse um impasse sobre a definição da capital da nova entidade federativa (O PROGRESSO, 18/19 jun. 1977, capa).

E para finalizar, foi pautada a empreitada depreciativa sofrida por Garcia, enquanto este se posicionara desfavorável ao divisionismo. "O *Correio do Estado"* foi pessoalizado e apontado como "um dos responsáveis" por tal campanha e estrategicamente no *O Progresso* se manteve o silêncio, reverberando posteriormente um posicionamento pró-Garcia. Entende-se que naquela ocasião, no periódico douradense se lançou luz à querela veiculada pelos dois jornais, nos quais eram defendidas respectivamente as cidades sedes. Todavia, ao não se elencar explicitamente os sujeitos compositores da rede de sociabilidades, política e jornalística do *Correio,* promovia-se uma dualidade simplista entre douradenses e campo-grandenses[7], prática comum também utilizada por opositores.

Em outra nota, detalhou-se o encontro do prefeito com o ministro Alysson Paulinelli, ocorrido em oito de julho, para a entrega de um dossiê sobre a região da Grande Dourados. José Elias apresentou dados que justificavam a possibilidade da Faculdade de Agronomia ser implantada na cidade gerida por ele. Assim, o chefe executivo municipal teria obtido o apoio irrestrito do ministro que ordenaria a nomeação de um assessor especial para contemplar tal

[7] A complexidade entre as relações políticas no contexto de 1977 não se restringiam à localidade de atuação dos agentes e nem mesmo ao partido de filiação. O prefeito de Dourados, por exemplo, mantinha estreita relação de interesse com grupos políticos de Campo Grande acerca de várias questões, que podem ser conferidas em Furlanetto (2018).

solicitação. Foi relatado ainda, que o prefeito seria igualmente atendido pelo Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis (O PROGRESSO, 08 jul. 1977, capa).

Essas aproximações entre a administração local e os governos estadual e federal, ligados a aspectos históricos elencados pelo *O Progresso*, davam àqueles políticos douradenses a esperança de serem atendidos e privilegiados, semelhantemente, no momento da escolha da futura capital. Esse mesmo entendimento teve Borges e Souza em sua pesquisa, evidenciando que no *O Progresso* se destacou "a importância da cidade de Dourados" ao publicar "reportagens sempre no sentido de garantir os interesses das elites locais" e se pleiteou "a condição de capital para Dourados, assim como o alinhamento com o comando político hegemônico do momento" (BORGES e SOUZA, 2006).

Dourados ser a capital do novo estado significaria receber recursos suficientes para a implementação de avanços tecnológicos, que resultariam em mais prosperidade e desenvolvimento para a região, a serem direcionados conforme as vontades e as intenções das elites locais. Sobretudo, tal ação implicaria na vitória da disputa entre agentes das duas regiões situadas ao sul de Mato Grosso, garantindo a supremacia política dos "douradenses" em detrimento dos "campo-grandenses", questão que poderia ser estendida à conquista da Faculdade.

Naquele contexto o maior vértice na aliança entre mídia e políticos era a determinação de influenciarem ou participarem de algum modo nos preparativos para a criação do novo estado. No entanto, adjacente à pragmática ditatorial implantada naquele período, os conflitos e a heterogeneidade de interesses dentro dos próprios campos sociais era um obstáculo para a realização de suas pretensões. "Dessa forma, cada segmento lançou-se ao 'jogo' à sua maneira, principalmente naquilo que diz respeito ao campo da barganha política, que no Brasil costuma ser praticada, comumente, na base da disputa pela ocupação de cargos públicos" (SILVA, 2006).

Aqueles agentes objetivavam determinar a composição de leis, implantar políticas que afetassem a todos e principalmente aplicar os recursos públicos, que poderiam ser direcionados também aos meios de comunicação, conforme seus interesses. Já nesses veículos se atuava na manipulação de signos e na

produção de sentidos voltados aos receptores de suas mensagens. Assim, se torna plausível o entendimento de que os estadistas fizeram uso indiscriminado das notícias na expectativa de apresentarem-se à sociedade e validarem seus discursos. Ademais, nos diários alinhavam-se as publicações às narrativas daqueles estadistas para defenderem os benefícios dos grupos que os compunham. Esses se interessavam tanto por aspectos financeiros quanto por aquisição ou ampliação de capital simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 1977, houve uma grande disputa nos campos, econômico, político e jornalístico entre membros das elites de Dourados e Campo Grande, representados pelos jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*, respectivamente. O principal ponto de discórdia era a divisão do estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul. Nessas batalhas, os agentes envolvidos seguiram a lógica da produção capitalista, valorizando a ideia de um "centro" caracterizado pela abundância de recursos financeiros que circulavam nessa área, enquanto desvalorizavam a "periferia" devido aos investimentos insuficientes destinados a ela.

Logo, os políticos envolvidos nesses conflitos assumiram a semântica fomentada, igualmente, pelos militares ocupantes dos altos cargos no Governo Federal. Os estadistas locais estavam, por conseguinte, determinados a experimentar o desenvolvimento, a modernização, a industrialização, a exploração máxima dos recursos naturais e a integração do território nacional. Para alcançar tais propósitos, foram incluídas características positivas de cada uma das regiões nos discursos divulgados nas páginas jornalísticas. As narrativas midiáticas foram adequadas para delinearem uma aproximação das localidades ao “estado modelo”, criando, cada uma à sua maneira, a melhor versão para uma futura capital, sem deixar de agregar os aspectos identitários.

Aqueles sujeitos e seus asseclas visavam, precipuamente, ocupar os novos espaços de poder e não ficar à margem das decisões governamentais. Portanto, intencionavam formar no imaginário político-social um simbólico baseado em considerações válidas e positivas sobre o divisionismo. Nesse sentido, estabeleceram alianças para usarem indiscriminadamente a imprensa,

na expectativa de apresentarem-se à sociedade e validarem seus discursos. Adjacentemente, a gramática jornalística foi alinhada àqueles ideais, em defesa de benefícios econômicos e na aquisição ou ampliação de capital simbólico.

Por isso, a notícia oficial, de quatro de maio daquele ano, sobre o interesse da presidência da república em criar uma nova unidade federativa na região sul, chamada *Estado de Campo Grande*, que elencava a localidade de mesmo nome como possível capital, provocou intenso conflito veiculado pelos jornais. No *Correio do Estado* afirmou-se a irrelevância em relação à denominação, por outro lado, utilizou-se amplamente o poder de tal signo para fomentar autoelogios ao periódico e aos aliados. A retórica ali exercitada posicionava o noticioso como um representante "sulista", quiçá "campo-grandista", e explorava toda uma narrativa "histórica", "econômica" e "desenvolvimentista" em favor da divisão.

Já no *O Progresso* combateu-se intensamente a questão, em face da forte representação simbólica que promoveria somente um município da região sul. Consequentemente, as vozes impressas nele evocam ambivalentemente uma identidade "nortista" e como estratégia para desvalidar as pretensões publicadas no *Correio* as contra atava. No diário douradense passou-se a mencionar a subjugação de Dourados à Campo Grande, a imposição desta àquela e a força econômica da primeira usurpada pela segunda, igualitariamente ao que alguns campo-grandenses fizeram em relação à Cuiabá.

Nesse jogo, o embate pela instalação da Faculdade de Agronomia (do qual a equipe do *Correio do Estado* participou de forma veemente) foi agregado aos conflitos relacionados ao desmembramento do estado. Afinal, a conquista por uma das partes auxiliaria na construção de uma história política favorável, todavia, antes de qualquer coisa, demonstraria o poder político de cada grupo. Motivos esses que levaram o jornal douradense a veicular narrativas que pressupunham alianças com o governador Garcia Neto por consequência de sua relação com Geisel, seu posicionamento apreciativo a Dourados e sua oposição a alguns campo-grandenses.

Tais episódios desvelaram as tensões e as lutas políticas e econômicas, bem como as disputas identitárias não definidas, fluidas e instáveis. Os ânimos

só foram arrefecidos devido às incógnitas que permeavam o assunto da divisão de Mato Grosso, já que o uso, pelo governo federal, dos estudos realizados era confidencial e o anteprojeto de lei ainda não havia sido criado. Sobretudo, a possibilidade de Dourados figurar como capital do novo estado, o que significaria receber recursos financeiros, promover prosperidade e desenvolvimento para alguns setores da região, garantir supremacia política e comandar a pauta dos assuntos públicos, amenizou a celeuma.

Inferiu-se, portanto, que no sul do então estado de Mato Grosso havia muitas divergências entre os vários grupos que se intitulavam representantes dos "sulistas". Cada qual evocava para si aspectos identitários próprios, que pudessem ser estendidos aos demais habitantes. Foram construíam narrativas e relações voláteis e ambivalentes, moldadas conforme as disputas em pauta, de aproximação e diferenciação ao norte. Buscava-se manter certo prestígio junto aos leitores dos impressos, mas acima de tudo, os sujeitos pretendiam ocupar os novos cargos políticos que os possibilitassem direcionar o dinheiro público de acordo com os seus interesses.

Desse modo, pode-se considerar que as complexas relações políticas e midiáticas ultrapassavam as dicotomias regionalistas e identitárias e se caracterizavam heterogêneas. Apesar dos discursos forjarem interesses comuns visavam a projetos hegemônicos, em um exercício de controle social, ao mesmo tempo em que apostavam na adesão popular. Havia, especialmente, a tentativa de uniformização da diversidade, da simplificação de intrincadas cadeias de sociabilidade e de pensares, contiguamente, à condensação de múltiplas vivências em apenas dois polos distintos. Configuraram-se desse modo, estrategicamente, alguns dos elementos constitutivos do corpus social, construído pelos idealizadores da dominação e do controle, que o propagavam naturalizado e isento de manipulação. Assim sendo, é importante questionar quais outras camadas interpretativas podem ser adicionadas ao evento da divisão do estado de Mato Grosso ao se propor a produção de uma historiografia "profunda" (BECKER, 2003), apenas esboçada neste artigo. Nessa abordagem, a "interdisciplinaridade", a "variedade de fontes" e a ampliação da "análise crítica" são imprescindíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-64, jan./jun. 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder:** História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD. Dourados, 2006.

AMEDI, Nathália da Costa. **A invenção da Capital Eterna**: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985). Dissertação (Mestrado em História) – UFMT. Cuiabá, 2007.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **Paz sob fogo cerrado**: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002). Dissertação (Mestrado em História) – UFMT. Cuiabá, 2007.

BAUER, Caroline Silveira. A promulgação da lei de anistia brasileira: um debate sobre responsabilidade penal e interdição do passado. In: **Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos**. Porto Alegre. Anais, 2011.

BECKER, Jean-Jaques. A opinião pública. In: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**. Vol. 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande. Editora UFMS, 2009.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**. Vol. 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande. Editora UFMS, 2009.

BORGES, Felipe de Almeida; SOUZA, João Carlos de. A visão da imprensa periódica sobre a criação do Estado de Mato Grosso do Sul (1977-1981). In: **VII Encontro de Iniciação Científica da UFMS**, 2006, Dourados: Anais do VII Encontro de Iniciação Científica da UFMS, 2006.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion, Uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia***:* a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p. 173-191, 1991.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas***.* São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 a 153.

FURLANETTO, Vera Lucia. **Mato Grosso Do Sul***:* Sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio Do Estado. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HERBOLATO, Mario. **Deontologia da comunicação social**. Petrópolis: Vozes, 1982.

JORNAL CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Índice Acumulado: 13 jan. 1977 – 30 dez. 1977.

JORNAL O PROGRESSO, Dourados. Índice Acumulado: 11 jan. 1977 - 30 dez. 1977.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo** – Norte e Sul. São Paulo: Edusp, 1997.

PEREIRA, Vinícius Vieira. **A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico:** das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência. Tese (Doutorado em Economia) – UFMG, Belo Horizonte, 2015.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (Um breve ensaio). In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.10, n.2, 149-184, 2006.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso**: (uma visão histórica – 1892 – 1977). Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul:** Labirintos da memória. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2006.

Recebido em 17 de maio de 2022.

Aprovado para publicação em 02 de janeiro de 2023.